

AS MÚLTIPLAS FACES DA IMPRENSA REGIONAL PORTUGUESA: O JORNALISMO REGIONAL NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

João Carlos Correia¹

RESUMO

O principal objetivo deste ensaio é analisar os meios de proximidade - regionais, locais - enquanto atores privilegiados para o desenvolvimento de uma interação com os públicos que funcione como construção do bem-estar coletivo. O desenvolvimento sustentado da comunidade é discutido a partir das perspectivas comunitaristas, participativas e deliberativas oriundas da tradição europeia e norte-americana e, também, a partir do marco teórico da comunicação comunitária latino-americana, que desenvolveu uma abordagem própria. Advoga-se a promoção de um diálogo entre públicos e *media* entendidos como atores sociais comprometidos com a promoção do desenvolvimento, ainda que não coincidentes nas suas concepções sobre o mesmo. A proximidade articula-se com conceitos como sejam os de «comunidade», «sociedade civil», «desenvolvimento» e «cidadania» os quais ajudam a estruturar a análise de lutas e processos de debate em torno de modelos de desenvolvimento. Porém, reconhece-se que os meios regionais possuem configurações particulares que denotam uma tensão entre o seu enraizamento comunitário e a sua natureza organizacional. Assim, ao longo do texto recorre-se a um estudo de caso elaborado em Portugal junto de vários meios regionais para ilustrar essa tensão.

Palavras-chave: comunicação comunitária, desenvolvimento, proximidade, meios regionais.

Desenvolvimento e divisão cognitiva

Uma das questões essenciais que persegue as noções participadas de desenvolvimento é a divisão entre peritos dotados de competências específicas e os cidadãos leigos: essa resulta de consequências estruturais inevitáveis introduzidas pela tecnologia, pela mediatização das relações sociais e pela especialização e diferenciação crescentes (Bohman, 2000, p. 47). Essa divisão, em nível das políticas públicas, passa pela ausência de mediação entre universos de significado tão diversos como aqueles que se constroem na ciência, na economia, no ambiente, na tecnologia, por um lado, e na opinião pública e entre os cidadãos leigos, por outro. Essa divisão é, também, uma questão de poder: passa por definir

¹ Professor Associado com Agregação, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras Covilhã, Portugal. E-mail: jccorreia@gmail.com

o quê, como e quem constrói e exerce as relações de poder mediante a gestão dos processos de comunicação e de que forma os atores que buscam a mudança social podem modificar essas relações influencia a mente coletiva.

Os exemplos multiplicam-se. Em Portugal, na cobertura da crise da dívida soberana, os especialistas refugiam-se no conhecimento da economia, elevando opções políticas ao estatuto de proposições dotadas de validade universal. O culto do jargão especializado transforma a leitura das notícias num exercício hermenêutico em que o cidadão comum se vê confrontado com linguagens ambíguas e de sentido dúplice.

Em outro nicho de temas, relativo às políticas energéticas, nomeadamente aquelas que apostam em energias renováveis, são menos conhecidas entre os cidadãos do que fora do país pois o Estado administra a informação sobre recursos comuns de modo longínquo. Isso é tanto mais relevante quanto os cadernos especializados de jornais generalistas dão, ocasionalmente, conta de uma luta surda entre os interesses associados à energia nuclear e às energias renováveis.

O jornalismo regional no contexto da comunicação dialógica

A comunicação integra uma dimensão social que abrange a experiência quotidiana. As teorias deliberativas e comunitaristas encontram-se entre as que mais insistentemente procuram laços cívicos entre jornalismo e comunidade. O modelo comunitarista valoriza a homogeneidade política e a mobilização para a ação coletiva com vistas à realização de objetivos políticos comuns.

Todavia, não tem que ser interpretado como um apelo neoconservador, de sentido unilateral. Incorpora no seu olhar sobre o mundo críticas progressivas provenientes do feminismo ou das éticas dialógicas, a fim de, com esses recursos, destacar o papel dos contextos sociais em que ocorrem a crítica social e os processos de participação política. (Christians 2004, p. 236-247) Para os comunitaristas, os objetivos do jornalismo “disponibilizam enquadramento para democracias saudáveis, ligação comunitária, envolvimento cívico” (Christians, 1999, p. 67).

Para os partidários da teoria deliberativa, existem três pilares: a sociedade civil, a esfera pública e o mundo da vida. O primeiro compreende a rede “de associações que institucionalizam a solução de problemas, discursos sobre questões de interesse geral dentro do quadro de esferas públicas organizadas” (Habermas, 1996, p. 367). O segundo, esfera pública, implica uma rede de processos comunicativos que asseguram a relação entre a atividade informal e autônoma de formação da opinião pública e o processo institucional e legislativo. O mundo da vida inclui o domínio de experiências culturais e interações comunicativas que são essencial e inerentemente cognoscíveis e familiares, formando a base a partir da qual todas as experiências de vida são concebidas e interpretadas. Os cidadãos são chamados a constituírem-se como tal quando os problemas são reconhecidos no nível da vida quotidiana.

Finalmente, os Estudos Culturais e a comunicação latino-americana destacaram a assimilação lenta e permanente de valores atualizados ao longo das práticas sociais do dia a dia; e os movimentos informais e formais, organizados ou espontâneos de recepção ativa de apropriação e decodificação das mensagens produzidas pelos *media* tradicionais. Esse movimento resultou de uma suspeita relativa à imagem do processo comunicacional como decorrente entre emissores-dominantes e receptores-dominados sem indícios de sedução ou resistência (cf. Barbero, 1997).

Em qualquer dos casos, impera um dialogismo em que, a fim de compreender a relação entre os *media* e o mundo da vida, importa conhecer o modo como são usados em nível da construção social da comunidade e na identificação da relevância relativa dos respectivos problemas, empreendida nos diálogos que ocorrem na interação quotidiana (Couldry, 2007).

A problemática dos usos da comunicação como uma parte estruturante das propostas comunicacionais orientadas para a comunidade gera uma variedade de orientações, de práticas e de problemas. A revisão da literatura permite que se reflita sobre a pertinência de incluir uma variedade de fenômenos como sejam não apenas as expressões de raiz popular ou que visam expressamente mobilizar os cidadãos para a sua própria capacitação, mas também os movimentos informais e formais, organizados ou espontâneos de recepção ativa que procedem à apropriação e decodificação das mensagens produzidas pelos *media* tradicionais; os meios regionais e locais, os quais geram sustentação de processos específicos e localizados de aprendizagem e de abordagem aos problemas universais e locais (cf. Peruzzo, 2003); os movimentos de comunicação institucional que expõem as organizações ao questionamento ativo dos públicos, no sentido de exigência da sua *accountability* e responsabilidade social; as propostas comunicacionais que incentivam a cidadania e a participação política tais como jornalismo cívico, público, comunitário e colaborativo; os movimentos de literacia mediática e de *media criticism* e os novos *media* sociais que reclamam uma orientação dialógica.

No caso do jornalismo, a ideologia profissional dominante nos meios de comunicação traz dificuldades teóricas e práticas para o estudo de uma perspectiva dialógica da comunicação, orientada para o desenvolvimento da comunidade. Por razões de distribuição do poder associadas ao capital simbólico e relacional, as vozes com maior influência e penetração contribuem para instituir uma teia narrativa que restringe o significado, tendo como consequência a eliminação da diversidade. Por seu lado, os comunicadores especializados veem-se a si mesmos como autossuficientes, esquecendo o seu próprio compromisso com o mundo que representam, gerando uma autorreferencialidade opaca na construção social da realidade.

Que proximidade?

A conceção de desenvolvimento sustentado implica uma compreensão crítica da realidade social encarada não apenas enquanto abstração sistêmica, mas

como parte do mundo vivido. Portugal é um país dividido ao meio demograficamente falando – isto é, com um litoral densamente povoado e um interior desertificado - onde também há espaços em mosaico, com assimetrias dentro do litoral, assimetrias dentro do interior, dentro da mesma cidade, freguesia ou espaço rural.

Local e regional caracterizam-se como um espaço vivido sustentados por laços de proximidade, familiaridade, relacionamentos (económicos, políticos, vizinhança etc.) e laços de identidades os mais diversos que incluem desde uma história em comum, até a partilha dos costumes, das condições de existência e dos conteúdos simbólicos, e não simplesmente das demarcações geográficas (Peruzzo, 2003, p. 68). Nesse sentido, a proximidade pode ser associada à rejeição das formas de desenvolvimento que promovam a uniformização e homogeneidade redutoras.

A falência de alguns elementos voluntaristas específicos da modernidade veio trazer à questão um fôlego renovado. Na Europa, a crítica dos modelos unilaterais de desenvolvimento capitalista ou estatista de perfil totalitário conheceu diversas matizes. O pensamento crítico centrou a sua preocupação na hegemonia da racionalidade sistêmica de que o produtivismo é uma das facetas. Influenciou, por vezes, correntes que reabilitaram a importância dos horizontes de reconhecimento e experiência vivida. Foi nesse contexto que Habermas (1987) (re)introduziu o conceito fenomenológico de mundo da vida como espaço da cultura quotidiana onde se encontram os horizontes de significação comuns, opondo-o aos imperativos sistêmicos, onde predomina a racionalidade técnica e administrativa.

Apesar disso, algum entusiasmo pelo potencial de debate e de participação atribuído ao associativismo local, aos *media* regionais e à recuperação da vida quotidiana não garantem a impermeabilidade ao abuso e ao clientelismo. O enraizamento na vida quotidiana é um elemento de valorização cognitiva que pode gerar benefícios na implantação de estratégias participadas de desenvolvimento e na formação de horizontes de reconhecimento. Os meios podem produzir dinâmicas de autorreconhecimento e de diferenciação, afirmando a identidade e como tal produzindo a apropriação pela comunidade de um conhecimento localizado de problemas universais. Porém, também podem gerar dinâmicas de autoexclusão, de desculpabilização («o que é nosso é necessariamente bom») e, no limite, a indiferença contra processos de dominação mais complexos.

Nesse sentido, vale a pena identificar algumas tendências que têm vindo a integrar nas suas reflexões uma perspectiva etnográfica segundo a qual o ponto de vista do grupo observado valida ou desafia o do observador na interpretação dos eventos, pois membros dos grupos observados também são considerados autoridades sobre a importância de eventos e práticas referentes ao grupo. Trata-se de um desejo de assumir a recepção como parte do processo noticioso, gerando mecanismos que permitam aos públicos de cidadãos influírem no estabelecimento da agenda e na escolha dos enquadramentos mais adequados para assegurar a inserção do meio na comunidade, desde o ponto de vista de grupos que ocupam

uma posição periférica. A preocupação do vínculo com a comunidade ultrapassa a dimensão unidirecional das perspectivas que olham para a comunicação como transmissão.

Media regionais portuguesas: algumas notas sobre um estudo de caso

Ao longo de várias décadas, em Portugal, a imprensa regional foi objeto de uma curiosidade periférica, não se instalando como objeto privilegiado de estudo. Ao longo da reflexão produzida, emergiram duas perspectivas muito distintas quanto ao caminho percorrido por essa imprensa. Uma enfatizou a proximidade dos meios às elites dominantes e ao ambiente social comunitário, fazendo eco de uma análise crítica da identidade e da comunidade local em que se dá conta da rede de cumplicidades que ocorrem nas relações entre campos sociais por vezes demasiado próximos (Camponez, 2002; Carvalheiro, 2005). Uma outra perspectiva refere as potencialidades da cidadania desse tipo de meios enquanto veículos criadores de dinâmicas críticas que se constituem como alternativa aos meios de massa, abrindo caminho à constituição de esferas públicas de cidadãos comprometidos e vinculados com o debate coletivo. A hipótese central consistia no fato de os media regionais fornecerem referências para compreender aquilo que se afigura abstrato ou longínquo e podem reenviar para estratégias de mobilização dos afectos e da memória ao serviço da compreensão crítica (Correia, 1998).

Desde os trabalhos citados, essa dicotomia tornou-se menos rígida e a análise desenvolvida no projeto "Agenda dos Cidadãos", no Laboratório de Comunicação Online (Labcom), apontou como seu objetivo fundamental perceber se é possível reconfigurar uma agenda de modo a que esta dê visibilidade às questões de interesse público identificadas pelas audiências.

O objetivo fundamental desse projeto foi identificar, fomentar e experimentar práticas jornalísticas que contribuam para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a esfera pública. O projeto mobilizou recursos da Universidade da Beira Interior (UBI) e do Laboratório de Comunicação Online (LABCOM), apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Imprensa (API), os Grupos Lena Comunicação e Controlinveste.

No estudo de caso foram incluídos os jornais "Grande Porto", "Jornal da Bairrada", "Jornal do Centro", "Diário As Beiras", "O Ribatejo", "Vida Ribatejana", "Região de Leiria", "Jornal do Fundão" e "O Algarve". A seleção desses periódicos teve em conta a articulação entre diversos critérios: assegurar alguma diversidade geográfica, com jornais do Norte, do Centro, do Sul, do Interior e do Litoral; assegurar a presença no estudo de caso de jornais com influência comprovada em nível das respetivas tiragens, audiências e circulação de acordo com a monitorização efetuada pela Associação Portuguesa para o Controle de Tiragem e Circulação (APCT); assegurar a acessibilidade e o contato flexível com os protagonistas fundamentais do estudo, nomeadamente os jornalistas e responsáveis editoriais.

No decurso do projeto, deu-se conta das tensões entre as diferentes perspetivas do jornalismo de proximidade na região centro do país, onde se concentra a parte mais significativa dos meios de proximidade em Portugal. As diferenças de desenvolvimento nas diferentes partes de Portugal vislumbraram distintas realidades na imprensa em estudo: ora muito vinculada aos poderes locais sem dimensão empresarial nem independência económica, espelhando o ruralismo e os fenómenos de caciquismo; ora enquanto uma imprensa que se afirma desde um ponto de vista de defesa dos interesses locais e que, a partir desse mesmo interior, procura funcionar como um eixo de resistência por parte das regiões mais periféricas e despovoadas; até uma imprensa que espelha o ambiente desenvolvimentista acelerado pelos fundos comunitários e que, sustentando uma perspetiva mais moderna e cosmopolita, continua comprometida com os poderes que se afirmaram nos anos mais recentes, como atores e protagonistas do desenvolvimento capitalista de Portugal.

Etapas de pesquisa

O trabalho empírico configurou-se como um estudo de caso múltiplo, tendo como característica o fato de se realizar em diferentes jornais em simultâneo. Foram analisados os conteúdos dos jornais caracterizando a sua agenda temática e as fontes privilegiadas. Recorreu-se ao inquérito por questionário a fim de caracterizar jornalistas e os valores e práticas que os guiam no processo de construção noticiosa. Seguiram-se um conjunto de entrevistas junto dos diretores das publicações, tendo em conta a sua posição junto das redações e administrações. Efetuou-se um estudo de opinião longitudinal (sondagem com recurso à técnica de inquirição telefónica) com inquirições antes e depois de um período experimental em que os jornais tentaram realizar material noticioso em torno das questões de interesse coletivo identificadas pelos cidadãos das respectivas áreas de influência.

Usando a análise de conteúdo verificou-se um predomínio da "Economia" com 13,3% das peças analisadas; da "Política" com 15,9%; e, finalmente, da "Cultura" com 19,5%. O predomínio do item "Cultura" traduziu uma preponderância de um "jornalismo de agenda" ou "jornalismo de serviço", caracterizado precisamente pelo seu estilo narrativo-descritivo. A análise dos géneros jornalísticos corroborou esses dados, uma vez que o tipo de informação privilegiada pelos jornais enquadra-se nos géneros informativos, sobretudo através de breves (1537; 48,7%) e notícias (1460; 46,3%). Os géneros opinativos e interpretativos que permitem a construção de quadros mais abertos à pluralidade de vozes não abundavam.

Examinando as cartas dos leitores, percebeu-se que essas representam apenas 1,7% do total de peças analisadas e que têm pesos diferentes em cada uma das temáticas. O espaço disponibilizado para o efeito não ultrapassava uma página e permitia, na maior parte das vezes, a publicação de uma carta por página, e em alguns casos, duas. Porém, essa circunstância não proporcionava a existência de um espaço de discussão alargado, pois o diálogo na maioria dos casos não gerava continuidade. Outro aspecto relevante consiste no facto de das 61 cartas analisadas,

36 (59%) estavam associadas a um acontecimento atual, o que permite considerar a existência de uma relação entre as cartas dos leitores e a agenda mediática. Traçando um perfil dos participantes nesses espaços, verifica-se que 71% (43) das cartas publicadas são escritas por homens e que apenas 14,8% provêm de indivíduos com profissões de quadros considerados de maior notoriedade social (professores, investigadores, presidentes de junta e deputados). Teve-se também em conta o modo como os leitores se expressam constatando que as cartas são utilizadas sobretudo como instrumento de crítica em relação ao jornal, Quando se dirigem diretamente a um jornalista fazem-no com o objetivo de comentar o trabalho noticioso e a partir daí apresentar a sua opinião. Esta circunstância não proporciona a existência de um espaço de discussão mais alargado, pois o diálogo na maioria dos casos não gera continuidade.

O reduzido espaço para a publicação das cartas dos leitores levantou dúvidas quanto ao número de cartas recebidas e quanto aos critérios utilizados na seleção das mesmas, sendo os diretores questionados a propósito desses dois itens. Constata-se que, em todos os jornais, o volume de cartas recebidas é superior ao número das que são publicadas. Quanto aos critérios, as respostas vão no sentido de não serem publicadas cartas difamatórias ou anônimas, sendo as restantes, desde que focadas no que se identifica como «interesse público», publicadas. A escassez de cartas será assim resultado da ausência de assuntos de interesse público ou de desinteresse ou apatia em relação aos mesmos ou de muitas cartas recebidas serem ofensivas.

Os próprios jornalistas, quando confrontados com os espaços dedicados aos cidadãos, afirmam que esse deveria ser maior (65%), por oposição a 35% dos jornalistas que defendem que o espaço que é disponibilizado é suficiente. Nenhum considera que o espaço dado aos leitores é excessivo. Os diretores, para além da indicação dos critérios utilizados na seleção, referem a falta de espaço.

Quanto às fontes, surgem no corpo do texto quase sempre através de um testemunho pessoal. No que toca ao estatuto, não se comprovou a preferência pelas fontes oficiais. Porém, a extensão das peças também é menor quando se utilizam fontes não oficiais, da mesma forma que diminuem os níveis de pluralismo identificados nos textos.

Os inquéritos aos jornalistas e as entrevistas aos diretores permitiram complementar dados recolhidos na análise de conteúdo. No que conta à incorporação de vozes dos cidadãos comuns na narrativa jornalística, os profissionais inquiridos consideram que esse é um mecanismo para conferir visibilidade a quem tem poucas possibilidades de se exprimir, dando as mesmas garantias de credibilidade que outras fontes ou protagonistas de acontecimentos.

Quanto à questão essencial - centrada na possibilidade de criar uma agenda dos cidadãos baseada nos problemas desses, que sirva de orientação às práticas jornalísticas - 44,1% dos inquiridos mostraram-se indiferente a essa possibilidade. Apenas 29,4% concordaram que se deve privilegiar no tratamento noticioso uma agenda com questões que se refletem na vida das pessoas. Para concluir a identificação das estratégias utilizadas pelos meios regionais para a construção da agenda referem-se às práticas de construção noticiosa,

especialmente quanto aos valores notícia. A proximidade emerge como o valor que guia a construção noticiosa de grande parte das peças analisadas (1967; 55%). Porém, no contexto de um jornalismo que pretende ser o elemento dinamizador de um espaço público e de uma cidadania ativa, aproximando-se nesse sentido dos cidadãos, a questão da proximidade extrapola o plano territorial e assume-se como fundamental do ponto de vista social. A região impõe-se aos restantes critérios de elaboração das notícias e de seleção dos factos. “Nesse sentido há um universo de preocupações que tem a sua vivência discursiva no campo dos *media* regionais e que só ganha consistência para o comum dos cidadãos nessas publicações” (Correia, 1998, p. 7).

O estudo de opinião longitudinal permitiu saber de que forma os cidadãos se sentem identificados com a atual “agenda dos media” e, simultaneamente, identificar quais os temas considerados prioritários pelos públicos dos jornais e pela comunidade onde estão inseridos. Partindo do universo de assinantes de cada um dos jornais foram recolhidas oito amostras aleatórias (uma amostra por jornal), sendo inquiridos um total de 1344 leitores.

No que toca à agenda sugerida pelos cidadãos, estes enfatizaram as questões económicas, o urbanismo, os transportes e a saúde como as mais importantes para os inquiridos. Apesar de a análise de conteúdo indicar que as temáticas que os leitores consideram as mais importantes não são as mais abordadas, 62,9% dos inquiridos consideram que o jornal, do qual são leitores, dá atenção suficiente aos assuntos privilegiados pelos leitores, manifestando-se satisfeitos, acentuando, todavia, a necessidade de maior profundidade e de diferentes enquadramentos.

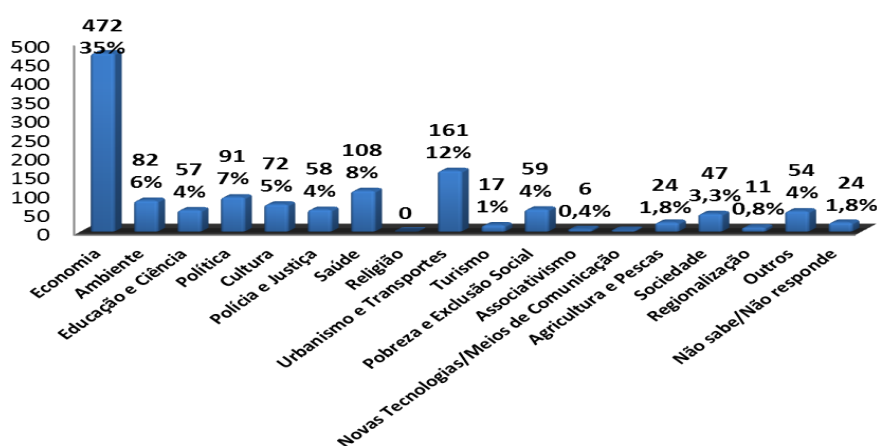


Figura 1 - Indicação do assunto considerado mais importante nas diferentes regiões

Quanto à participação dos atores sociais na construção noticiosa, os inquiridos consideram que os jornais em geral não privilegiam determinadas classes, tratando igualmente cidadãos e figuras públicas (46,6%). Parte considerável dos leitores considera também que não existem limitações de opinião no jornal (29,6%).

Considerando a participação dos leitores no espaço das cartas ou em outras iniciativas dos jornais, ou até analisando a iniciativa dos entrevistados em contactar o jornal ou os jornalistas, percebeu-se que a maioria dos leitores nunca o fez, indiciando um total afastamento entre os leitores e os jornais. A maioria dos contatos com origem no leitor diz respeito a assuntos relacionados com a assinatura, divulgação de acontecimentos e promoção de iniciativas e negócios.



Figura 2 - Participação dos leitores nos diferentes espaços dos jornais

Quando interpelados sobre se os jornais deveriam promover outras formas de escutar os cidadãos, registrou-se acentuado equilíbrio. Dentre os inquiridos, 47,8% não consideram ser necessário dar mais espaço, enquanto 52,2% defenderam que os jornais deveriam dar mais espaço aos cidadãos. Quando solicitou-se aos leitores que sugerissem formas e estratégias para abrir mais o jornal aos cidadãos, destacaram-se a inclusão de mais cartas dos leitores, aumentando o número de páginas nas rubricas dedicadas especialmente ao leitor. Outros, porém, referiram a construção noticiosa e a necessidade de ouvir mais as vozes da sociedade civil, que conhece a realidade e os problemas, o que sugeriu uma preocupação na mudança de enquadramentos e no aumento do pluralismo.

Após essa fase do estudo, os jornais foram desafiados a desenvolver trabalhos jornalísticos em função dos temas detectados como prioritários pelos públicos, usando os dados recolhidos para criarem uma agenda ditada pelos interesses dos cidadãos.

Durante o período em que os jornais procederam à utilização dos dados na construção noticiosa, registrou-se um total de 115 trabalhos jornalísticos que refletiam os objetivos do projeto. Verificou-se uma distribuição de dados assimétrica em relação aos trabalhos jornalísticos desenvolvidos pelas publicações para refletirem as sugestões dos leitores.

Centrando a atenção nos trabalhos publicados, percebeu-se que esses são sobretudo do gênero informativo e que foram as notícias (54,5%) o principal tipo de trabalhos escolhidos pelos jornais para responder às sugestões dos leitores. Analisando os gêneros, as entrevistas (8,9%) e as reportagens (34,8%) foram privilegiadas como forma de responder às indicações deixadas pelos leitores, o que indica um tratamento menos centrado num estilo narrativo-descritivo e uma maior contextualização e explicação dos acontecimentos.

Já quanto à proveniência da informação, cerca de metade (49,1%) das peças jornalísticas analisadas possuíam um ou vários representantes institucionais enquanto protagonistas face à menor percentagem de peças onde o cidadão era identificado (20%). Conclui-se que o agendamento realizado pelas publicações regionais em estudo passaria essencialmente pela ênfase nas instituições oficiais e em quem as representa na esfera pública.

Finalmente, teve lugar a conclusão do estudo de opinião, nomeadamente com a realização da segunda sondagem, onde se averiguou a perceção e opinião dos leitores sobre as alterações efetuadas pelos jornais nas suas agendas e em processos de construção noticiosa. Constatou-se que 54,1% dos inquiridos não verificaram qualquer tipo de mudança nos jornais contra os 45,9% que referem ter identificado alterações. A abordagem de temáticas foi percebida como o principal aspecto onde os leitores verificaram mudanças, com 68,7% dos inquiridos a manifestar essa opinião. Os inquiridos declararam ainda que a publicação de que são leitores abordou, ao longo das suas edições, o tema que anteriormente tinham selecionado como o mais premente na região. Contudo, verificou-se uma percentagem de inquiridos (37,5%) que manifestava uma opinião contrária.

Foi solicitado aos inquiridos que avaliassem o espaço dedicado aos cidadãos/leitores, a quantidade de informação centrada no dia a dia das pessoas e o espaço do jornal dedicado às cartas dos leitores nos últimos meses. Constatou-se que 66,6% dos inquiridos consideram que o espaço dedicado aos leitores se manteve igual. Já 30,3% afirmaram que este espaço aumentou, realçando que esse aumento se verificou sobretudo em relação à quantidade de informação centrada no dia a dia dos cidadãos. No que diz respeito às cartas dos leitores a opinião é de que este espaço se manteve igual, apesar de alguns jornais terem procurado publicar mais cartas e aumentar o número de páginas da secção de opinião.

Discussão

As práticas de construção noticiosa dos jornais ainda estão afastadas da constituição de uma agenda plural e centrada nos cidadãos. Porém, jornalistas,

diretores e leitores têm consciência desse desfasamento e da necessidade de um caminho que o ajude a esbater.

Durante o projeto, tornou-se visível que os jornalistas explanaram a auto-referencialidade do seu critério, introduzindo pequenos elementos adversativos relativos à importância dos leitores, especialmente quando se trata de alterações processuais referentes às rotinas profissionais.

A autorreferencialidade que geralmente acompanha a identidade profissional fez-se sentir em alguma dificuldade em compreender práticas que ponham em causa os critérios resultantes da ideologia do profissionalismo jornalístico. Verificaram-se situações em que investigadores e jornalistas diziam a mesma coisa mas não se entendiam, graças à inexistência de uma experiência comum.

Nesse contexto, as dificuldades encontradas na fase de inquirição dos jornalistas são paradigmáticas em relação aos problemas de relacionamento com os profissionais da informação. Numa primeira fase, tal foi visível ao nível da própria aplicação do inquérito aos jornalistas, que se prolongou durante cerca de dois meses, sem atingir a totalidade de uma população reduzida (74), apesar dos esforços desenvolvidos com os respectivos responsáveis editoriais, no sentido de os sensibilizar para a importância das suas respostas.

Num segundo momento, ao nível das próprias respostas, verificou-se a reticência em relação a práticas que se afastem da tradicional função de informar, como por exemplo, em relação ao aprofundamento de uma problemática com a inclusão de propostas para a sua resolução. Nesse sentido, apesar de conscientes da importância dos cidadãos, e de uma prática jornalística que lhes dê mais atenção e aos seus problemas, as rotinas profissionais em particular, dificultaram, de certa forma, uma adoção de práticas mais orientadas para a comunidade.

Também, os diretores revelaram idênticas dúvidas e oscilaram entre a curiosidade entusiástica e a reserva prudente, considerando sempre que todas as atividades a desenvolver constituíam um desafio. O caso particular do espaço dedicado às cartas dos leitores, configura-se como um claro exemplo desta reserva, uma vez que esses estendiam as respectivas cartas como formas de aproximação e de dar voz ao comum dos cidadãos, mas ao mesmo tempo como potenciais focos de tensão e de conflito dentro dos jornais. A diferença encontrada entre o número de cartas publicadas e recebidas é já um sinal de um equilíbrio que é difícil de alcançar e manter entre a vontade dos responsáveis das publicações e as práticas e rotinas diárias.

A fase seguinte às entrevistas com os leitores e de preparação de introdução de modificações nos jornais foi provavelmente o momento mais marcante quanto à percepção dos obstáculos que representariam os critérios resultantes do profissionalismo jornalístico. Essas dificuldades, agravadas com a mudança de propriedade de várias publicações, mas resultado também de um afastamento por parte de alguns jornais, tornaram problemático o estabelecimento de contatos e o prosseguimento dos trabalhos. Um caso revestiu-se de particular importância nesse contexto, uma vez que as abordagens junto do novo responsável pelo jornal evidenciaram de forma clara como a introdução de procedimentos e práticas

orientados e influenciados por uma lógica centrada nos interesses dos atores sociais, foi sentida como um risco à “orientação editorial” do diretor da publicação.

Após a identificação dos temas considerados prioritários pelos públicos e pelas comunidades apenas três publicações iniciaram este período na data estabelecida e duas outras publicações mais tarde.

Quanto aos públicos e aos respectivos usos e recepção das mensagens, nota-se nos inquéritos uma atitude crítica perante os enquadramentos dominantes.

Adicionalmente, pressente-se uma estratificação no que respeita a capacidade ativa de os receptores fazerem apropriações críticas das mensagens. Os meios revelam-se como recursos extremamente úteis para elites dinâmicas em idade ativa. Alguns são aliás explícitos porta-vozes de concepções de desenvolvimento assentes em atores sociais relacionados com os processos de integração europeia, refletindo as suas dinâmicas de consumo, os seus objetivos empresariais e económicos, e as estratégias de afirmação regional, bem como dos respectivos modelos de desenvolvimento. Já um outro grande grupo de atores sociais que atravessou o período de idade ativa, majoritariamente constituído por reformados e pensionistas, há muito assinantes do jornal, parecem consideravelmente atentos às pequenas alterações (cromáticas, de paginação), fazendo um uso que remete para o passado comunitário e existencial. Resta saber se a memória pode constituir um recurso identitário que se traduza num esforço produtivo de autocapacitação.

A interpelação desenvolvida na construção deste texto tornou óbvio o fato de a participação do cidadão não ser apenas uma questão de substituição de agendas – por importantes que as mesmas sejam – mas de alteração de dinâmicas nem sempre mensuráveis. O enfoque quantitativo de importância incontestavelmente necessária, mas tantas vezes considerado único pelo «ar do tempo», revela as suas limitações precisamente nos processos em que o dialogismo, a democraticidade e o popular estão em jogo.

Conclusões e desafios de futuro

Considera-se que uma concepção dialógica de comunicação orientada para a comunidade tem que propor elementos prospectivos que se traduzam na capacitação das regiões e dos seus cidadãos, o que necessariamente passa pela vontade desses, pela intervenção dos *media* e dos usos que os primeiros fazem dos segundos.

Nesses elementos prospectivos destacam-se para já o refinamento conceptual e metodológico das estratégias dialógicas de comunicação, que implica um estudo comparado de experiências. Além disso, exige a definição de um conjunto de práticas de capacitação (*empowerment*) comunicacional que vinculem os cidadãos como sejam:

- Uma observação sistemática de imprensa regional que identifique e analise as práticas discursivas, organizacionais e informativas dos *media* com recurso ao ponto de vista dos cidadãos, académicos, peritos e profissionais de comunicação funcionando em rede através de associações, escolas, autarquias, Universidades, meios de comunicação e Internet.

- A exploração das potencialidades das páginas *online* dos media regionais para o lançamento de algumas estratégias dialógicas, acompanhadas de ações de literacia mediática e digital.

- O lançamento de estratégias comunicacionais de capacitação dos cidadãos para combaterem o envelhecimento das suas comunidades, agora ameaçadas pela extinção anunciada de freguesias. Algumas dessas estratégias comunicacionais poderão surgir como um modo de combater uma desertificação imposta à qual se somam ameaças de perda de identidade igualmente dependentes de processos antidialógicos.

THE MULTIPLE SIDES OF THE PORTUGUESE REGIONAL PRESS: THE REGIONAL JOURNALISM IN THE CONTEXT OF COMMUNITY COMMUNICATION

ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the means of proximity (regional, local) as privileged actors in the development of an interaction with the public to act as construction of general welfare. The sustainable development of the community is discussed from the communitarian, participatory and deliberative views, originated from the European and American tradition, as well as from the theoretical framework of the Latin American community communication, which developed its own approach. The promotion of a dialogue between public and media is discussed, understood as social actors committed to the promotion of development, though not coincident in their concession on it. The proximity articulates with concepts such as those of 'community', 'civil society', 'development' and 'citizenship', which help to structure the analysis of struggles and processes of discussion on models of development. However, it is recognized that the regional media have specific settings that show a tension between the roots of the community and its organizational nature.

Thus, throughout the text, is resorted to a study case prepared in Portugal along with several regional means to illustrate this tension.

Keywords: Communitarian Communication - Development -proximity - regional media

Referências

- Barbero, Jesus. Martín. *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, S.A, 1997. 300 p.
- Bohman, James. The Division of Labor in Democratic Discourse: Media, Experts, and Deliberative Democracy. In Chambers, S.; Costain, A. (Eds.), *Deliberation, Democracy and the Media*. Boston, United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2000. p. 47-64
- Christians, Clifford. G. The common good as first principle. In Glasser, T. (Ed.), *The Idea of Public Journalism*. New York: Guilford, 1999, p. 77-84.
- Christians. Clifford. G. Ubuntu and Communitarianism Media Ethics. *Ecquid Novi: outh African Journalism Studies*, 25(2), 235-256, jan, 2004.
- Camponez, Carlos. *Jornalismo de proximidade*. Coimbra, Portugal: Minerva, 2002. 200 p.
- Carvalho, José Ricardo. O triângulo bloqueado: *media*, política e cidadãos na democracia local. In Correia, J.C. (Ed.), *Comunicação e Política*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005. p 181-202.
- Correia, João Carlos. Jornalismo regional e cidadania. Covilhã: *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior, 1998. Texto acedido em 14 /3/2011 em http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_espaco.html
- Couldry, Nick. (2007). Commmunicative Entitlements and Democracy: The Future of the Digital Divide Debate. In Mansell, P; Avgerou, C.; Quah, D & Silverstone, R. (Eds.), *The Oxford Handbook on Information and Communication Technologies* . Oxford, UK: University Press, 2007. p. 383-403.
- Habermas, Jürgen.. *Théorie de l'agir communicationnel*, Paris: Fayard, 1987. 480 p.
- Habermas, Jürgen.. *Between facts and norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: Polity Press, 1996. 631 p.
- Hall, Stuart.. Encoding/Decoding. In Marris, P; Thornham, S. (Eds.), *Media Studies: a reader* (pp. 51-61). Edinburgh, UK: Edinburgh University Press, 2001. p.51-61.
- Peruzzo, Cecília. M. K. Mídia local, uma mídia de proximidade. *Comunicação Veredas*, 2(2), p.65-89. 2003